

# AVALIANDO UM EMERGENTE: OS THINK TANKS BRITÂNICOS E OS INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM DEFESA

Eduardo Munhoz Svartman<sup>1</sup>  
Dilceu Roberto Pivatto Junior<sup>2</sup>

## RESUMO

---

No final da primeira década do século XXI, o Brasil iniciou um ciclo de maior ativismo diplomático e de investimentos no setor de defesa. Estes, com vistas a adquirir capacidade de projeção de poder e a fomentar sua indústria de defesa. Tais iniciativas, com potencial de alterar a distribuição de poder na América do Sul e no Atlântico Sul, afetam os cálculos de potências estabelecidas como o Reino Unido, que possui territórios, interesses econômicos e tropas estacionadas na região. Diante disso, este artigo investiga a seguinte problemática: considerando os interesses estratégicos do Reino Unido e o incremento das capacidades militares que o Brasil pretende alcançar, qual a avaliação dos think tanks britânicos a respeito dos investimentos em defesa brasileiros? Com base na metodologia de análise de conteúdo da produção ideacional divulgada, argumenta-se que os think tanks britânicos articularam uma narrativa majoritariamente positiva sobre o Brasil, vislumbrando nos programas militares oportunidades para a indústria de defesa do Reino Unido. Argumenta-se também que o incremento das capacidades militares do Brasil e de seu protagonismo diplomático foram percebidos como um elemento potencialmente estabilizador da América do Sul, ainda que houvesse ceticismo quanto a efetividade e real disposição do Brasil desempenhar esse papel.

**Palavras-chave:** *Think tanks*. Relações Brasil-Reino Unido. Países emergentes. Defesa nacional. Segurança internacional.

---

<sup>1</sup> Pós-doutor. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E-mail: eduardosvartman@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0381-5224>

<sup>2</sup> Doutorando. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com/ Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7834-2890>

## INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI inaugurou o protagonismo crescente dos países classificados como “emergentes”. Num cenário de contestação do modelo de globalização, de crise de legitimidade da liderança dos Estados Unidos e da União Europeia e, mais tarde, de crise econômica, a China se afirmou como segunda economia mundial, a Rússia retornou ao palco das grandes potências e vários países como África do Sul, Brasil, Índia, Indonésia, e Turquia passaram a exercer influência para além das suas respectivas regiões (HURRELL, 2006; KAHLER, 2013). Nesse período, o Brasil viveu um ciclo de maior ativismo externo marcado pelo crescimento econômico com redução de desigualdades sociais, pelo engajamento em iniciativas diplomáticas de caráter global, como BRICS e G-20, e de criação de novos espaços de concertação regional, como a UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-Americano, e a CELAC. O país também reforçou laços políticos e econômicos com a África, tornou-se bastante vocal na proposição de reformas nos organismos de governança internacional, se fez mais presente em missões de paz e apresentou uma nova narrativa em termos de modelo de desenvolvimento ao propor a chamada cooperação Sul-Sul (VIGEVANI e CEPALUNI, 2014; SARAIVA, 2014).

O incremento do ativismo externo, em ambiente de crescimento econômico, esteve articulado com a orientação de reorganizar as Forças Armadas e reestruturar a indústria de defesa (Oliveira, 2009), o que ensejou a inscrição de vários programas de desenvolvimento de sistemas de armas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e na adoção de uma política securitária mais assertiva (VILLA e VIANA, 2010). A partir da publicação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, o Brasil deu início a uma série de programas destinados à modernização de seus sistemas de armamentos e de ampliação de suas capacidades militares. Trata-se de programas que visam o desenvolvimento de capacidades produtivas e tecnológicas autônomas que, recorrendo a parcerias externas e acenando para a integração com os vizinhos, pretendem fomentar a indústria de defesa do país (BERTONHA, 2010; SVARTMAN, 2014). Conforme delineados nos documentos de defesa publicados desde então, estes programas visam dotar o Brasil da capacidade de defender o território e de negar o uso do mar e do espaço aéreo a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do país e, também, da capacidade de projetar poder. Tal orientação deverá se concretizar com: a) a criação de

uma segunda esquadra (a atuar nas regiões norte e nordeste do litoral brasileiro), de uma nova frota de submarinos convencionais e nucleares e de uma frota de superfície capaz de operar longamente no mar; b) o desenvolvimento e fabricação de aeronaves de combate e de transporte; c) a reorganização em brigadas modulares e introdução de novas plataformas de combate terrestre e; d) a fabricação autônoma de satélites, foguetes e sistemas de comunicações, comando e controle para as forças operarem conjuntamente. Se e quando esses programas forem concluídos haverá uma mudança substantiva no panorama estratégico do Atlântico Sul.

Ainda que o Brasil tenha retraído e depois reorientado sua política externa (SARAIVA, 2014; CORNETET, 2014), as iniciativas no campo da defesa descritas, em grande medida permanecem. Empreendidos num cenário de transição para uma ordem internacional multipolar, os programas que visam o incremento das capacidades militares brasileiras afetam os cálculos das potências estabelecidas presentes no Atlântico Sul, particularmente o Reino Unido, que possui territórios, interesses econômicos e forças armadas estacionadas na região. Diante disso, este artigo propõe a seguinte problemática: considerando os interesses estratégicos do Reino Unido no Atlântico Sul e o incremento das capacidades militares que os programas brasileiros pretendem atingir, qual a avaliação dos *think tanks* britânicos a respeito dos investimentos em defesa feitos pelo Brasil? Argumenta-se aqui que, à semelhança do que fizeram os *think tanks* estadunidenses (SVARTMAN, 2016 e 2018), seus congêneres britânicos articularam uma narrativa majoritariamente positiva sobre o Brasil, vislumbrando nos programas militares oportunidades para a indústria de defesa do Reino Unido. Argumenta-se também que o incremento das capacidades militares do Brasil e de seu protagonismo diplomático foram percebidos como um elemento potencialmente estabilizador da América do Sul, ainda que houvesse ceticismo quanto à efetividade e real disposição do Brasil desempenhar esse papel.

Considera-se relevante investigar as produções discursivas articuladas e divulgadas pelos *think tanks* britânicos porque a formulação de estratégias e o desenho das políticas externa e de defesa não são apenas decorrência da estrutura sistêmica ou de disputas inter-burocráticas, elas passam por um processo de formulação de ideias baseado em valores discursivamente construídos com vistas à produção de consensos a respeito do que seja o interesse nacional (FINNEMORE, 1996). Nesse complexo processo, os institutos de pesquisa politicamente orientada,

também conhecidos como *think tanks*, são atores importantes. Conforme Daiane Stone (1996), eles são como barômetros das mudanças nas relações internacionais, não apenas reagindo a elas, mas desempenhando o papel estratégico de conceituar a mudança.

O Reino Unido abriga o quarto maior contingente de *think tanks* do mundo (MCGANN, 2019); tal dimensão do “mercado de ideias” sugere que a demanda por pesquisas politicamente orientadas que informem os decisores e o debate público seja também expressiva. *Think tanks* são instituições não governamentais, no caso britânico majoritariamente financiadas por doações privadas, que cultivam e divulgam ideias dedicadas a influenciar o processo decisório e a modelar o debate público sobre políticas públicas determinadas. Constituem espaços de mediação e de disputas no campo das ideias, que, com base na *expertise* de seus quadros, visam declaradamente influir na ação governamental, desempenhando papel importante na elaboração de consensos entre elites e mobilizando a opinião pública em torno de iniciativas políticas específicas (PARMAR, 2004). No Reino Unido, instituições dessa natureza remontam ao século XIX, tiveram uma segunda onda de expansão no entre-guerras, de orientação majoritariamente keynesiana, e uma terceira, no final do século XX, predominantemente neoliberal (DEHAM e GARNETT, 2004). Estudos que comparam os *think tanks* britânicos com os estadunidenses tendem a chamar a atenção para a menor dimensão e orçamento dos primeiros. No entanto, a despeito das características do sistema político britânico de um parlamento ocupado por partidos coesos amparados numa burocracia estatal permanente, os *think tanks* desempenham várias funções, promovendo ou renovando agendas partidárias (PAUTZ, 2010), fornecendo assessoria e informação a políticos que não queiram depender do civil service (STONE, 1996), e operando como espaço de articulação de redes de grupos de elite (PARMAR, 2002).

O caráter público da maior parte da produção dos *think tanks* (que consiste em relatórios, conferências, painéis e artigos em periódicos), permite a apreciação, ainda que parcial, das opções que estão sendo avaliadas nos meios decisórios e no debate público que envolvem a formulação de políticas públicas em ambientes democráticos. Eles não constituem um espaço de tomada de decisão, mas fazem parte do processo de elaboração das estratégias e de políticas específicas posteriormente adotadas pelos decisores. Neste artigo, os *think tanks* investigados foram a *Chatham Hou-*

se, o *International Institute for Strategic Studies Studies* (IISS)<sup>3</sup>, o *Royal United Services Institute for Defense and Security Studies* (RUSI)<sup>4</sup>, e o *IDEAS Public Policy Group*.<sup>5</sup> A escolha deles se deu com base no critério da relevância das instituições no cenário britânico e da existência de produção consistente a respeito das políticas externa e de defesa do Brasil. Adotou-se como limites cronológicos para a coleta da produção dos *think tanks* britânicos a publicação da Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e a aprovação pelo Congresso das versões atualizadas da Estratégia Nacional de Defesa, do Livro Branco de Defesa Nacional e da Política de Defesa Nacional em 2018. Entende-se que estes documentos declaratórios dão unidade às várias iniciativas no campo da defesa, e da diplomacia, que despertaram o interesse sobre o Brasil. Nesse intervalo de uma década, levantou-se nos *websites* dos referidos *think tanks* os livros, relatórios, artigos, conferências e seminários a respeito dos investimentos brasileiros no setor de defesa. Esse material foi tratado de forma qualitativa, empregando o método da análise de conteúdo (Bardin, 2004). Assim, realizaram-se sucessivas leituras do material coletado e, com base no problema de pesquisa formulado, codificaram-se seus conteúdos em unidades temáticas até a consolidação dos dois grandes eixos que indicaram os temas centrais abordados pelos *think tanks* em tela: (i) as potenciais oportunidades no mercado de defesa e (ii) a possi-

---

<sup>3</sup> A *Chatham House* (fundada em 1920, inicialmente como clube de elites) e o *IISS* (fundado em 1958, como instituto de pesquisa), analisam política externa e assuntos estratégicos de Defesa, ambos operam com recursos provenientes do governo, de fundações, grandes companhias privadas e de seu considerável número de membros-sócios contribuintes. Sobre os doadores: (1) a *Chatham House* não divulga os nomes dos 3400 membros doadores individuais, apenas das 360 instituições de diferentes setores, como departamentos do governo, companhias privadas, universidades e organizações não-governamentais; (2) o *IISS* expõe com mais detalhe seus doadores, contando com um número menor de 1700 sócios-membros doadores, entre as principais instituições doadoras está a Airbus Group, a BAE Systems PLC, a Boeing, o Foreign Office, o Ministério da Defesa britânico, a Atomic Weapons Establishment UK, e a Royal College of Defence Studies do Reino Unido.

<sup>4</sup> O *RUSI* foi fundado em 1831, como um instituto de pesquisa em estudos militares. Atualmente está entre os *think tanks* britânicos que mais arrecada fundos, podendo contar com recursos governamentais e privados de grandes corporações, vinculados à indústria de defesa. Principais doadores do *RUSI*: BAE Systems, Secretaria de Política Externa do Reino Unido, Ministério da Defesa do Reino Unido, Airbus Group, Boeing Defesa do Reino Unido, Royal College of Defence Studies, UK Defence Solutions Centre, Banco HSBC, Standard Chartered Bank, ExxonMobil – informações retiradas do site oficial do *think tank*.

<sup>5</sup> O *IDEAS* foi fundado em 2008, no âmbito da London School of Economics and Political Science, como um *think tank* de política externa focado nas mudanças de poder do sistema internacional. O *think tank* conta com menores recursos, se comparado com outros *think tanks* mais consolidados, a exemplo do *IISS*. Destaca seu vínculo com o governo do Reino Unido, setores industriais e do comércio britânico; não cita especificamente o nome de quem seriam seus doadores.

bilidade de o Brasil contribuir para a estabilidade regional e segurança internacional.

Para relatar a pesquisa realizada, o presente artigo está organizado da seguinte maneira: esta introdução; duas seções dedicadas à análise da produção ideacional dos *think tanks* selecionados, uma que aborda a visão dessas instituições a respeito dos investimentos brasileiros em defesa e outra que aborda as visões sobre o perfil da atuação brasileira nos cenários regional e internacional; e uma terceira seção na qual se aborda, brevemente, a estratégia britânica e a maneira como o Brasil e demais emergentes nela figuram, de modo a aferir a coincidência, ou não, entre as recomendações dos *think tanks* e as posturas declaradas pelo governo britânico. Por fim, na última seção, são apresentadas as conclusões da pesquisa.

## INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM DEFESA: AVALIANDO UM MERCADO QUE SE ABRE

Um primeiro indicador de que os investimentos brasileiros em defesa passam a ser objeto de interesse dos *think tanks* britânicos é o crescente espaço conferido ao tema no *The Military Balance*, publicado pelo *International Institute for Strategic Studies* (IISS). O *Military Balance* é um produto que se diferencia no universo dos *think tanks* uma vez que se trata de um anuário comercializado pelo IISS. Desde 1959 fornece dados sobre pessoal, equipamentos e orçamento de defesa da maioria dos países, também contém avaliações de capacidades estratégicas e análises de determinados países e ou regiões no que diz respeito a políticas de defesa, aquisições e economia de defesa. As análises são bastante concisas, majoritariamente informativas e não costumam realizar previsões ou recomendações. Seu público alvo informado, contudo, é característico dos *think tanks*, composto tanto de pesquisadores acadêmicos quanto de decisores e planejadores que atuam no setor de defesa.

Antes da edição de 2010, quando pela primeira vez tratou da Estratégia Nacional de Defesa, o *Military Balance* abordava o Brasil em conjunto com os demais países da região, dando algum destaque à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, e à concorrência em curso para a substituição dos aviões de combate brasileiros, o FX-2, que previa transferência de tecnologia.

A edição de 2010, por sua vez, apresenta as linhas básicas do documento brasileiro e detalha o que classifica como “ambicioso

programa de modernização militar” do Brasil. Neste detalhamento, o *Military Balance* descreve os programas em curso ou anunciados para as três forças armadas, as empresas brasileiras e estrangeiras envolvidas e destaca dois tópicos que serão recorrentes nas análises publicadas no intervalo abordado nesta pesquisa: a intenção brasileira de desenvolver capacidade de projeção de força e a orientação de articular as aquisições no setor de defesa com o desenvolvimento nacional por meio da promoção de investimentos e transferência tecnológica estrangeiros para as indústrias brasileiras de defesa. Na edição de 2013, o *Military Balance* reserva espaço para abordar o Livro Branco de Defesa Nacional, publicado pelo governo brasileiro em 2012. Sua análise salienta que o documento “afirma claramente as ambições do Brasil obter capacidade de projeção de força para apoiar sua aspiração ao *status* de grande potência” (MILITARY BALANCE, 2013, p. 428, tradução nossa)<sup>6</sup>. Além de descrever o que define com ambições e aspirações do Brasil, enfatiza que o Livro Branco:

(...) reforça a importância que o Brasil atribui à sua base industrial de defesa, incluindo a garantia de acesso à tecnologia através de compras em defesa junto à comunidade internacional. (...) É necessária a recapitalização do inventário de equipamentos para atender às ambições da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco. (...) [E]mblemático da ambição de longo prazo da Marinha para águas azuis, assim como da intenção do governo de o país assumir um papel mais global – proporcional à sua força econômica –, é o programa de desenvolvimento de submarinos do país, destinado a ver entrar em serviço submarinos convencionais e movidos a energia nuclear (MILITARY BALANCE, 2013, p. 439, tradução nossa).<sup>7</sup>

A descrição dos programas e da intenção brasileira de maior presença global amparadas não apenas no crescimento econômico daquele período ou em *soft power*, mas também em capacidades militares renovadas,

---

<sup>6</sup> “It states clearly Brazil’s ambitions for force-projection capability to support its aspiration for great-power status”.

<sup>7</sup> “(...) reinforce the importance Brazil attaches to its defense-industrial base, including securing technology access in defence procurements from the international community. (...) Substantial recapitalization of the equipment inventory is required to fully support the ambitions of the National Defense Strategy and the white paper. (...) [E]mblematic of the navy’s long-term blue water ambition, and the government’s intent to see the country to take a more global role commensurate with its economic strength, is the country’s submarine development program, intended to see conventional and nuclear-powered submarines enter service.”

não está associada à caracterização do país como potencial ameaça emergente. O fato de os programas envolverem empresas estrangeiras, em sua maioria europeias, fez com que o mercado brasileiro no setor de defesa começasse a ser escrutinado com maior atenção pelo *Military Balance*. A edição de 2013 avaliava que o mercado brasileiro se expandia rapidamente e que várias companhias estrangeiras estavam se estabelecendo no Brasil de modo a cumprir as exigências de *offset* contidas nos programas de aquisição para as forças armadas. É nesse cenário que se deve compreender os eventos realizados com a presença dos ministros da defesa do Brasil na *Chatham House* em 2011 e no *IISS* em 2014<sup>8</sup>. A edição de 2014 do *Military Balance* dedica uma seção específica para analisar o Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa e salienta que, embora o país siga fazendo aquisições de material militar no exterior, como foi o caso dos três navios de patrulha oceânica adquiridos no Reino Unido (Classe *Amazonas*), a expectativa era que as próximas compras fossem feitas localmente. A conclusão da concorrência do programa FX2 em favor do caça Gripen NG sueco ensejou o acompanhamento da implantação da parceria entre os fabricantes Saab e a Embraer, particularmente do pacote de transferência tecnológica e dos planos de integrar à nova aeronave vários sistemas de armas já em desenvolvimento no Brasil e com outros parceiros externos. Conforme a implantação do programa começou a se concretizar, o *Military Balance* de 2016 fez a seguinte avaliação de seu impacto na capacidade de combate aéreo do Brasil:

Essas armas, combinadas com o conjunto de sensores da aeronave de radar de varredura eletrônica ativa e rastreamento por infravermelho, fornecerão à força aérea uma aeronave de combate altamente capacitada, sem dúvida superior a qualquer outro tipo atualmente em serviço no continente (MILITARY BALANCE, 2016, p. 372, tradução nossa).<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> CHATHAM HOUSE. Brazil and the World – Opportunities, Ambitions and Choices. Conference with Nelson Jobim Minister of Defence, Brazil 7 April 2011. Disponível em: [chathamhouse.org/sites/default/files/public/Meetings/Meeting%20Transcripts/070411jobim.pdf](http://chathamhouse.org/sites/default/files/public/Meetings/Meeting%20Transcripts/070411jobim.pdf) (Último acesso: 10/04/2020). International Institute for Strategic Studies (IISS). “Brazilian Defence in International Perspective” Confernece with Celso Amorim. London, 2014.

<sup>9</sup> “These weapons, combined with the aircraft’s sensor suite of an active electronically scanned array radar and infra-red search and track, will provide the air force with a highly capable combat aircraft, arguably superior to any other type presently in service on the continent.”



Convém notar que a produção ideacional divulgada pelo o *IISS*, assim como a do *RUSI*, aqui investigada não associa o incremento das capacidades militares do Brasil a nenhum tipo de ameaça ou mesmo entrave aos interesses estratégicos do Reino Unido e à sua soberania sobre as Falklands/Malvinas. Com relação a esse delicado tema das relações entre a Argentina e o Reino Unido, o apoio brasileiro à Argentina foi descrito como restrito ao campo diplomático. Mais especificamente, seria um apoio retórico, que visaria contemplar uma demanda argentina de forma a criar espaço de manobra para que Brasília fizesse prevalecer sua posição sobre Buenos Aires em outros temas que lhe fossem mais relevantes (INCI, 2012).

Os investimentos em defesa no Brasil são interpretados como uma forma de aumentar suas capacidades de atuação e, conseqüentemente, de participação na resolução de conflitos mundiais. Exemplo disso pode ser apreendido no debate promovido pelo *IDEAS Public Policy Group*, em maio de 2011, no qual o reequipamento militar, era percebido como meio para o Brasil proteger suas vastas fronteiras territoriais e contribuir para a estabilidade da região sul-americana. Além disso, avaliava-se que esses investimentos pretendiam dar suporte à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, uma vez que capacitariam o aumento de sua participação em de missões de paz, como uma forma de contribuir para a segurança internacional<sup>10</sup>.

As relações de cooperação militar Brasil-África representariam novas expectativas para a estruturação de um sistema inter-regional de segurança, de repercussão internacional, associada à emergência de novos polos de poder nas relações internacionais. Além dos esforços para uma maior cooperação entre os dois continentes, salientou-se o engajamento do Brasil em diferentes formatos de missões das Nações Unidas e na cooperação militar bilateral<sup>11</sup>. Assim, a política brasileira de fomento à sua indústria de defesa – e a busca por maior autonomia – estaria conectada a sua contribuição para a manutenção da estabilidade do sistema internacional. A atuação brasileira em missões de paz – especialmente a coordenação da missão de paz no Haiti de 2004 a 2017 – foi representada positivamente, uma vez que se articulava com a capacidade de liderança militar do Brasil.

---

<sup>10</sup> *IDEAS Public Policy Group*. "Transforming Brazilian Defence: perspectives and challenges." Tanya Harmer (mediadora). Debate: 05 de maio de 2011, p. 01s.

<sup>11</sup> *International Institute for Strategic Studies (IISS)*. Debatedor: Adam Ward (Diretor do IISS). "Brazilian Defence in International Perspective." Conferência: 11 de novembro de 2015.

O modelo adotado pelo Brasil para modernizar suas forças armadas, centrado na cooperação com empresas externas, na coprodução com transferência de tecnologia de modo a fortalecer sua indústria de defesa e na manutenção das compras de oportunidade, alimentou percepções positivas nos *think tanks* britânicos investigados. Pode-se inferir que essa visão se assentava na estratégia mais ampla do Brasil de projeção no cenário internacional como um ator pacífico e com a expectativa de obtenção de contratos para a indústria de defesa britânica. O que, de fato, concretizou-se. No período de uma década coberto neste artigo, o Brasil adquiriu junto ao Reino Unido, o navio de desembarque de carros de combate *Garcia D'Ávila*, três navios-patrolha oceânicos (*Amazonas*, *Apa* e *Araguari*) Porta-Helicópteros Atlântico *Oceano*, turbinas navais e o sistema de radar utilizado em aeronaves de patrulha. Os programas de desenvolvimento de novas aeronaves também contemplaram contratos para o Reino Unido, o novo caça coproduzido pela Gripen e a Embraer emprega um radar de combate britânico, mesma procedência do sistema de reabastecimento em voo do novo cargueiro produzido pela Embraer (C-390 Millenium)<sup>12</sup>. Tais expectativas, concretizadas, provavelmente assentavam-se nas experiências passadas de aquisições de armamentos, especialmente para a Marinha do Brasil, junto ao Reino Unido (SVARTMAN, 2011).

## O BRASIL, A ESTABILIDADE REGIONAL E SEGURANÇA INTERNACIONAL

O protagonismo externo e os investimentos em defesa brasileiros registrados no final de primeira década do século XXI ensejaram um debate a respeito do papel que o Brasil desempenharia na América do Sul e no Atlântico Sul, espaço que os documentos brasileiros de defesa definiram como sendo seu “entorno estratégico”. De forma geral, os *think tanks* aqui estudados definem o tráfico de drogas como principal ameaça à segurança internacional na América do Sul. No seu entender, essa atividade e outras conexas estariam crescendo e atingindo maior complexidade e impactos sociais – o que justificaria o enquadramento do tema como de segurança internacional. Nesse diapasão, o *Military Balance* enfatizou que as atividades antinarcóticos figuram entre as principais missões das

---

<sup>12</sup> Informações extraídas da base de dados sobre transferência de armamentos do Stockholm International Peace Research Institut, disponível em <https://www.sipri.org/databases/armstransfers> Último acesso: 08/04/2020.

forças armadas de vários países da América do Sul e que, no Brasil, o seu emprego em operações dessa natureza nas regiões de fronteira e em áreas urbanas tem aumentado, apesar de sua doutrina e estrutura de forças armadas permanecerem desenhadas majoritariamente para a dissuasão convencional (MILITARY BALANCE, 2015).

Publicações do *RUSI* e do *IISS* sustentaram ser inadequado o treinamento das forças policiais para conter esse tipo de insegurança, e do *IDEAS* assinalaram que o Brasil tem se tornado rota de escoamento de drogas produzidas no Andes para a África Ocidental e Europa (ARROW, 2014). Nesse sentido, os *think tanks* acompanharam as iniciativas de emprego militar para conter o tráfico de narcóticos, com destaque às operações conduzidas pelo Brasil em suas fronteiras (Ágata e Curare) e as iniciativas de cooperação militar com a Colômbia e o Peru no compartilhamento de informações e treinamento de operações antinarcóticos. No entanto, a produção discursiva analisada silenciou quanto a uma eventual liderança do Brasil em articular maior coordenação com os países da região neste tema.

Os temas da projeção da influência política da Venezuela e da ALBA, em determinadas circunstâncias, foram associados como concorrentes à projeção do Brasil. Cogitou-se que as compras venezuelanas de armamentos junto à Rússia e à China teriam deflagrado o aumento do orçamento de defesa brasileiro (MILITARY BALANCE, 2010). Ainda assim, foi reconhecida a grande disparidade de projeção global em favor do Brasil (OLIVE e GARCIA, 2018). A criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano em 2008, também ensejou análises que precisassem o alcance e efetividade desses novos espaços, assim como o seu impacto no campo securitário. Nesse sentido, conforme a edição de 2009, o *Military Balance* destacou que,

Embora se acredite que o Conselho permitirá alguma cooperação em treinamento e doutrina, e alguns analistas afirmam que, no futuro, poderá haver alguma cooperação sobre aquisições, é improvável que o Conselho conduza à formalização de uma aliança militar (MILITARY BALANCE, 2009, p. 54, tradução nossa).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> “While it is believed that the council will enable some cooperation over training and doctrinal concepts, and some analysts assert that there may in the future be some cooperation over procurements, it is unlikely that the council will lead to a formal military alliance.”

O fato de não haver prospecto de evolução para algum tipo de aliança militar formal contribuiu para manter o Brasil, na avaliação dos *think tanks* britânicos investigados, como um ator que, apesar de emergente, não foi caracterizado com disruptivo do *status quo* securitário regional. Conforme David Mares, acadêmico estadunidense com forte inserção no *IISS*, o Brasil teria claramente aspirações de se tornar uma potência mais ativa na América Latina e de se projetar globalmente. No entanto, para o autor, não seria capaz de gerenciar os conflitos da região, sendo o país um líder de capacidades limitadas para a própria região – e que, portanto, pouco se destacaria no ambiente extrarregional. Sobre as iniciativas brasileiras de criação de espaços multilaterais de negociação e diálogo (especialmente a UNASUL), argumenta que não exigiriam grandes esforços, como também, não representariam qualquer risco para o Brasil. Segundo Mares,

O Brasil não tem condições de ser identificado como o gestor dos conflitos da região, a não ser que países extrarregionais o percebam como um líder fraco no momento que os conflitos emergem. Então, em prol de suas ambições de ser reconhecido como potência mundial, o Brasil atua cautelosamente na região, promovendo o diálogo entre as partes e liderando iniciativas multilaterais de mitigação, que representem risco mínimo de fracasso (MARES, 2012, p. 137, tradução nossa).<sup>14</sup>

No mesmo estudo, Mares sustenta também que, enquanto o Brasil adquire tecnologia militar junto a potências extrarregionais, o mercado sul-americano de armamentos ajudaria o Brasil a obter escala para seu projeto de expansão da indústria de defesa. A venda de armamentos brasileiros para a América Latina estaria associada à capacitação operacional dos países latino-americanos, num ambiente de promoção da segurança coletiva – na qual o Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL seria o espaço multilateral para resolução de conflitos regionais e criação de agendas comuns de defesa. Para o autor, contudo, tal arranjo, voltado para a promoção da confiança mútua e gerenciamento de conflitos armados e crises políticas, não impossibilita a presença de atividades militares com países não pertencentes à região, como os exercícios da Venezuela com a Rússia e a presença estadunidense na

---

<sup>14</sup> “Brazil cannot afford to become identified as the conflict manager of the region, however, lest extra-regional states perceive it as weak leader in its own region when an inter-state dispute develops. Therefore, in furtherance of its ambitions to be recognized as a major power in the world, Brazil has to tread carefully within the region, facilitating dialogue between parties and leading multilateral mitigation initiatives that represent minimal risk of failure.”

Colômbia. Esses fatores, por sua vez, reduziriam a cooperação sul-americana em defesa a pouco mais do que discursos diplomáticos e, conseqüentemente, revelariam os limites da capacidade do Brasil promover a estabilidade regional (MARES, 2012). Outro argumento invocado pelo autor para reforçar seu ceticismo quanto à liderança brasileira na região consiste em apontar o “paradoxo” entre o desenvolvimento de poder dissuasório voltado para as grandes potências (empregando submarinos de propulsão nuclear, uma sofisticada força aérea, e um exército com grandes reservas mobilizáveis) e a sua projeção de poder condicionada à região sul-americana, onde o seu desenvolvimento tecnológico se destacaria localmente em relação aos países vizinhos mais fracos (MARES, 2012).

O maior protagonismo internacional do Brasil no período foi interpretado de maneira positiva pelos *think tanks* estudados, especialmente no que se relacionava às operações de paz sob mandato da ONU. Contudo, a prevalência dos princípios da política externa brasileira de respeito à soberania, não intervenção e de resolução pacífica de conflitos, em crises nas quais o Reino Unido, e os Estados Unidos, estiveram dispostos ou usaram a força (Irã, Líbia, Síria e Ucrânia), alimentaram “incertezas” a respeito de qual seria o posicionamento do Brasil diante do sistema internacional<sup>15</sup>. De toda forma, o Brasil foi “visto como um dos atores mais atraentes entre os países emergentes, especialmente quando comparado à Rússia e China no grupo BRICs”<sup>16</sup> e suas demandas de reforma do sistema internacional, inclusive por um assento permanente no conselho de Segurança das Nações Unidas, tenderam a ser enquadradas como parte de um processo necessário de acomodação entre emergentes e estabelecidos.

Outro dado importante, sempre destacado pelos *think tanks* estudados, é o orçamento de defesa. Embora tenha sido registrado um aumento substantivo do orçamento de defesa do Brasil em relação a década anterior, em várias circunstâncias foi assinalada a oscilação e sucessivos cortes e contingenciamentos, o que levou a atrasos e renegociações em vários dos programas de aquisição de armamentos. Os sucessivos “constrangimentos orçamentários” registrados ao longo do período no

---

<sup>15</sup> IDEAS Public Policy Group “Brazil’s rejection of sanctions against Iran: US-Brazilian relations in context.” Comentário realizado por Guy Burton, em 04 de março de 2010 (p. 01s). Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/ideas/2010/03/brazils-rejection-of-sanctions-against-iran-us-brazilian-relations-in-context/> (Último acesso: 15/04/2020).

<sup>16</sup> IDEAS Public Policy Group “Brazil’s International Rise: an overview of limitations and constraints”. Comentário realizado por Guy Burton, em 04 de agosto de 2011 (p. 03ss). Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/ideas/2011/08/brazils-international-rise-an-overview-of-limitations-and-constraints/> (Último acesso: 15/04/2020).

Brasil e o fato de a América do Sul permanecer como uma região de baixo gasto com defesa, conferiram uma nota de ceticismo quanto à efetividade e real disposição do Brasil exercer liderança no campo securitário regional. Assim, os investimentos brasileiros em defesa não foram percebidos como ameaça ao Reino Unido ou às demais grandes potências, sendo o país visto como um possível parceiro em missões humanitárias e de paz vinculadas às Nações Unidas. A maioria dos *think tanks* abordou positivamente as aspirações brasileiras de maior participação nos processos decisórios voltados para a resolução de conflitos no nível regional e global. A liderança brasileira na região, por sua vez, foi descrita como limitada, majoritariamente, ao discurso diplomático e ao emprego para outros fins (econômicos e políticos), não arcando com os custos do desenvolvimento ou com a cooperação com outros países. Ainda que alguns *think tanks* tenham salientado aspectos de instabilidade e conflitos regionais, a América do Sul continuou descrita como uma das regiões menos militarizadas do mundo.

## A ESTRATÉGIA DO REINO UNIDO, OS EMERGENTES E O BRASIL

As transformações da segunda metade do século XX, resultantes do final da II Guerra Mundial, das descolonizações e da Guerra Fria, impactaram diretamente no declínio do Reino Unido enquanto potência central. Desde então, os britânicos mantêm aliança política e militar com os Estados Unidos, frequentemente descrita como “relação especial”. Nos últimos 15 anos, o debate britânico a respeito de sua estratégia de defesa e segurança internacional tem se acentuado devido ao dissenso quanto às intervenções no Iraque e na Síria, disputas entre as forças armadas (EDMUNDS, 2014), divergências partidárias quanto ao componente dissuasório nuclear (CORNISH; DORMAN, 2015), restrições orçamentárias e, mais recentemente, quanto ao seu desmembramento da União Europeia. Persiste, contudo, consenso mínimo em torno de assegurar o *status* de grande potência diante de um mundo em mudança, no qual são identificados novos perfis de ameaça (não estatais) e a emergência de novas potências.

No que concerne à América Latina, e ao Brasil, no início dos anos 2000 o governo britânico procurou reverter a posição relativamente marginal da região em sua agenda diplomática. Contudo, as demandas da Guerra Global ao Terror acabaram drenado os esforços até que, em 2010, foi anunciada a Agenda Cuning. Tratava-se de uma série de iniciativas

de investimento, comércio e diplomacia que, nas palavras do Secretário dos Negócios Estrangeiros William Hauge, deveriam reverter o declínio da presença britânica na América Latina. Conforme Mills (2018), atento aos números positivos das economias do Sul Global, o Reino Unido expandiu o comércio e os investimentos britânicos na região e estabeleceu instrumentos bilaterais com o Brasil como o Acordo de Cooperação em Defesa, em 2010, e o Diálogo Econômico e Financeiro Brasil-Reino Unido, em 2015, além de ter ampliado a sua presença diplomática no país com a abertura de novos consulados.

O documento que tem pautado a inserção internacional do Reino Unido foi publicado em 2015, trata-se da *National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review (SDSR)*<sup>17</sup>. O documento, de tom assertivo, possui três linhas gerais: a) vincular segurança e prosperidade; b) assegurar presença global, o que envolve a reforma dos setores militar e de inteligência (incrementando as capacidades de alerta antecipado e pronta resposta) e a aquisição de novos meios de força em combinação com o emprego de *soft power* via programas de ajuda internacional e promoção de valores ligados a livre comércio, governança, combate à corrupção, direitos humanos e democracia; e c) promover a chamada “*rules-based international order*” e nela incentivar reformas para acomodar os emergentes. Nesse âmbito, o documento apoia a reforma do Conselho de Segurança da ONU com assentos permanentes para Alemanha, Brasil, Índia, Japão e um representante africano.

Tópico importante da SDSR é o “ressurgimento das ameaças baseadas em Estados”, dedicado basicamente a enquadrar a Rússia, a Coreia do Norte e, de forma mais sutil, a China. Com relação a esta, descrita como “potência em crescimento”, o documento aponta para o incremento das relações políticas e econômicas entre Reino Unido e China e o suporte britânico para que a China se “integre” mais às principais instituições e organizações globais. A Índia, apesar de potência nuclear e ex-colônia britânica, tem lugar menor na SDSR, sendo enfatizados mais os aspectos econômicos que os securitários.

A América Latina é apresentada no documento como região de crescente importância para a segurança e prosperidade do Reino Unido. À semelhança da Índia, o Brasil figura na estratégia britânica

---

<sup>17</sup> UNITED KINGDOM. HM Government. National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015: a security and prosperous United Kingdom. November 2015. Disponível em: [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/555607/2015\\_Strategic\\_Defence\\_and\\_Security\\_Review.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/555607/2015_Strategic_Defence_and_Security_Review.pdf) (último acesso: 23/01/2018).

primeiramente como mercado (especialmente de infraestrutura, finanças e vendas militares) e, em segundo plano, como parceiro em cooperação contra o crime organizado, o que coincide com a narrativa dos *think tanks* aqui investigados. O texto declara haver disposição para ampliar as relações com o Brasil através de mecanismos institucionalizados como o Diálogo Econômico e Financeiro e de programas de cooperação em várias áreas. Contudo, o ponto de coincidência mais relevante entre a apreciação positiva dos investimentos brasileiros em defesa feitos pelos *think tanks* analisados e a SDRS é a declaração de que o Reino Unido “apoia fortemente” a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

As áreas de maior presença estratégica do Brasil, América do Sul e África Ocidental, são recortadas pela SDRS de forma diferente: América Latina e África Subsaariana. A última é descrita como área de instabilidade e de risco de pandemias, o que enseja o apoio britânico à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e à reforma do setor de defesa na África do Sul. A América Latina, por sua vez, é considerada uma região de baixos investimentos em defesa; exceto Brasil e México, apresentados como os maiores mercados da região. A América do Sul é descrita como relativamente estável, cujo maior problema securitário seria o tráfico de narcóticos. O documento reserva ainda uma seção na qual reafirma que o pleito da Argentina pela soberania das Falklands/Malvinas é injustificado e salienta que o Reino Unido manterá e modernizará seu aparato militar dissuasório no arquipélago envolvendo navios de guerra, forças de terra e aeronaves de combate.

Apesar de acenar para o incremento de suas capacidades militares com vistas a manter a dissuasão nuclear e a estruturar forças convencionais de pronto emprego expedicionário, a estratégia do Reino Unido também aposta na inserção dos emergentes na ordem internacional estabelecida. Tal inserção implicaria no incremento dos laços econômicos e políticos e certo nível de reforma, de maneira a acomodar novas demandas e atores. Embora a literatura tenda a abordar os países emergentes em bloco, a estratégia britânica designa papéis, interesses e prioridades bastante distintas a cada um deles. É importante notar que a decisão de deixar a União Europeia não alterou as linhas gerais da estratégia britânica e tampouco aquilo que diz respeito aos emergentes, conforme pode ser apreendido do documento de acompanhamento da implantação da SDRS publicado em 2016<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> SDRS 2015 First Annual Report 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formulação estratégica do Reino Unido, que envolve o Gabinete, e as burocracias dos ministérios dos Assuntos Exteriores e da Defesa, articula-se ainda com os *think tanks*, que operam, muitas vezes, como espaços de assessoria, promoção de agendas e teste de ideias. Os *think tanks* procuram influenciar as percepções dos atores governamentais e da opinião pública, não somente na formulação das políticas, mas também na maneira como os diferentes atores percebem e interpretam possíveis ameaças e oportunidades. No período aqui investigado, os países emergentes despertaram maior atenção dos *think tanks* britânicos, em função da redistribuição do poder mundial e do questionamento de pontos da ordem internacional. Na medida em que se difundiram os debates nos *think tanks* britânicos a respeito da atuação brasileira no sistema internacional e de seus investimentos em defesa, percebeu-se a coincidência dessa produção ideacional com o principal documento que comunica a estratégia do Reino Unido.

A produção ideacional dos *think tanks* estudados revela uma orientação geral favorável à aproximação do Reino Unido com o Brasil. A atuação do Brasil aparece como potencialmente positiva para o sistema internacional, não como uma alternativa para uma nova ordem mundial, mas como um mercado em potencial. O Brasil, no prazo dos próximos trinta anos, poderá se tornar – segundo um dos cenários estratégicos projetados no Reino Unido<sup>19</sup> – o sexto investidor em tecnologia e aquisição de material de emprego militar. Isso foi apresentado pelos *think tanks* ao governo britânico não como uma ameaça aos interesses e segurança do país, mas sim como oportunidade de ampliação de mercado para sua indústria de defesa. O incremento das capacidades militares brasileiras não foi percebido como algo que deflagre uma corrida armamentista na América do Sul, região que, para os *think tanks* analisados, tem como principal problema securitário o tráfico de drogas. Apesar das fragilidades identificadas na capacidade financeira e disposição política do Brasil, seus programas de cooperação, especialmente com a África e América do Sul, e maior presença em operações de paz das Nações Unidas credenciarão

---

uploads/system/uploads/attachment\_data/file/575378/national\_security\_strategy\_strategic\_defence\_security\_review\_annual\_report\_2016.pdf (Último acesso: 15/04/2020).

<sup>19</sup> Elaboradas no documento oficial britânico: *Ministry of Defence. Strategic Trends Programme. Global Strategic Trends - Out to 2045*. Fifth Edition. April 2014.

o Brasil como um país capaz de contribuir para a segurança global – isso reforçaria o apoio britânico a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A percepção do Brasil enquanto país pacífico é substantivamente distinta daquela atribuída a Rússia e a China (núcleo “militarizado” dos BRICS) a qual desperta apreensões nos *think tanks* britânicos por conta do aumento de suas capacidades militares, convencionais e nucleares. Na região sul-americana, o Brasil é percebido como um potencial mediador de conflitos que, apesar de seu engajamento em missões da paz das Nações Unidas, não desenvolveu mecanismos efetivos e nem aplicou recursos substanciais para atuar regionalmente como força estabilizadora para além da diplomacia. A política de não intervenção do Brasil sobre outras nações é alvo de críticas por parte dos *think tanks* britânicos que – segundo eles – entendem a não intervenção como algo que impossibilita a garantia de qualquer tipo de responsabilidade e proteção de regiões que enfrentam instabilidades políticas e conflitos armados.

# ASSESSING AN EMERGING: BRITISH THINK TANKS AND BRAZILIAN DEFENSE INVESTMENTS

## ABSTRACT

---

At the end of the first decade of the 21<sup>st</sup> century, Brazil began a cycle of greater diplomatic activism and investments in the defense sector. The last aimed to acquire power projection capabilities and to foster its defense industry. Such initiatives, potentially disruptive of the power distribution in South America and the South Atlantic, affect the calculations of established powers such as the United Kingdom, which has territories, economic interests, and troops deployed in the region. Therefore, this article investigates the following problem: considering the strategic interests of the United Kingdom and the increase in military capabilities that Brazil intends to achieve, what is the assessment of British think tanks regarding Brazilian defense investments? Based on the content analysis methodology of the disclosed ideational production, it is argued that the British think tanks articulated a mostly positive narrative about Brazil, seeing in the defense inversions opportunities for the UK defense industry. It is also argued that the increase in Brazil's military capabilities and its diplomatic role was perceived as a potentially stabilizing element in South America, even though there was some skepticism about the effectiveness and real willingness of Brazil to play this role.

**Keywords:** Think tanks. Rising countries. Brazil United Kingdom relations. National defense. International security.

## REFERÊNCIAS

ARROW, Kenneth (et al.) Ending the Drug Wars: Report of the LSE Expert Group on the Economics of Drug Policy, May 2014. Available: <http://www.lse.ac.uk/ideas/Assets/Documents/reports/LSE-IDEAS-Ending-the-Drug-Wars.pdf>. Accessed on: 12 abr. 2020

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2004

BERTONHA, João Fábio. Brazil: an emerging military power? The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21st century. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 2, p. 107-124, 2010.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 24, p. 111-150, jul. 2014.

CORNISH, Paul; DORMAN. Complex security and strategic latency: the uk strategic defence and security review 2015. *International Affairs*, v. 91, No. 2, p. 351-370, 2015.

DENHAM, Andrew; GARNETT, Mark. A 'hollowed-out' tradition? British think tanks in the twenty-first century. In: STONE, Diane; DENHAM, Andrew (ed.). *Think tank traditions: policy research and the politics of ideas*. Manchester: Manchester University Press, 2004, p. 232-246.

EDMUNDS, Timothy. Complexity, strategy and national interest. *International Affairs*, v. 90, No. 3, p. 525-539, 2014.

FINNEMORE, Martha. *National interests in international society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. *International Affairs*, v. 82, No. 1, p. 1-19, 2006.

INCI, Matt. Beyond Rhetoric: Could the Heightened Falklands Debate Threaten British Strategic Interests in Latin America?. *Rusi*, jan. 2012. Available: <https://rusi.org/commentary/beyond-rhetoric-could-heightened-falklands-debate-threaten-british-strategic-interests>. Accessed on: 08 maio 2020.

KAHLER, Miles. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*, v. 89, No. 3, p. 711-729, 2013.

MARES, David. *Latin America and the illusion of peace*. London: International Institute for Strategic Studies (IISS), 2012.

MCGANN, James G. 2019 global go to think tank index report. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2020.

MEDVETZ, Thomas. *Think tanks in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

OLIVIE, Iliana; GRACIA, Manuel. The discrete role of Latin America in the globalization process. LSE Global South Unit Policy Brief Series. Policy Brief No.1/2018. Available:

<http://www.lse.ac.uk/international-relations/assets/documents/global-south-unit/GSU-Policy-Brief-1-2018-Olivie-Gracia.pdf>. Accessed on: 12 maio 2020.

PARMAR, Inderjeet. Anglo-American Elites in the Interwar Years: idealism and power in the intellectual roots of chatham house and the council on foreign relations. *International Relations*, v. 16, No. 1, p. 53-75, apr. 2002.

PARMAR, Inderjeet. *Think tanks and power in foreign policy: a comparative study of the role and influence of the Council on foreign relations and the Royal Institute of International Affairs, 1939-1945*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

PAUTZ, Hartwig. Think Tanks in the United Kingdom and Germany: Actors in the Modernisation of Social Democracy. *British Journal of Politics and International Relations*, v. 12, No. 2, p. 274-294, mar. 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 44, p. 25-35, dez. 2014.

STONE, Diane. Think tanks beyond nation-states. In: STONE, Diane; DENHAM, Andrew (ed.). *Think tank traditions: policy research and the politics of ideas*. Manchester: Manchester University Press, 2004, p. 34-50.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Os think tanks dos EUA e as visões sobre a atuação internacional do Brasil. *Relaciones Internacionales*, v. 25, n. 50, p. 171-187, 2016.

SVARTMAN, Eduardo. A Agenda de Defesa do Brasil para a América do Sul. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, v. 1, p. 48-65, 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, dez. 2007.

VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, p. 91-114, dec. 2010.

Recebido em: 30/04/2020

Aceito em: 04/08/2020